



176

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação nº. 0294473-0 (NPU nº. 0037952-79.2011.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Alberto Augusto de Oliveira Medeiros

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMÁTICO. DEFICIENTE FÍSICO. ARTRITE REUMATÓIDE. DIVERSOS PARECERES MÉDICOS QUE NÃO RECOMENDAM O USO DE VEÍCULO CONVENCIONAL. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. CERTEZA E LIQUIDEZ DO DIREITO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nos autos de Mandado de Segurança, que concedeu a segurança requestada para determinar que o autor seja beneficiário de isenção fiscal para a aquisição de veículo automático.
2. Não há que se falar em impossibilidade jurídica do pedido mandamental, haja vista que a parte requer seja suprido, através de decisão judicial, laudo pericial que não condiz com a realidade por ela enfrentada e que obsta o exercício de seu citado direito à isenção fiscal em razão de doença degenerativa que lhe acomete. O pedido não é deduzido para que se exija do DETRAN a formulação de laudo com resultado predeterminado, mas sim para que, com base nas provas carreadas aos autos, a decisão judicial reconheça a deficiência física suportada pelo impetrante, de modo a que, com base nela, seja-lhe outorgado o direito à isenção.
3. Adequação da via mandamental, tendo em vista a pré-constituição das provas colacionadas com a inicial.



127 ✓

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

4. A legislação estadual prevê a isenção de IPVA aos portadores de deficiência física. Entendimento indiscrepante deste Tribunal de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça.

5. Recurso desprovido, para manter a decisão terminativa vergastada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo na Apelação nº. 0294473-0, sendo partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, conhecer do Agravo Legal e negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 08 de 10 de 2013.


Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação nº. 0294473-0 (NPU nº. 0037952-79.2011.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Alberto Augusto de Oliveira Medeiros

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto pelo Estado de Pernambuco contra decisão terminativa proferida nos autos do Mandado de Segurança nº. 0037952-79.2011.8.17.0001, que concedeu a segurança requestada por Alberto Augusto de Oliveira Medeiros para determinar que o autor seja beneficiário de isenção fiscal para a aquisição de veículo automático.

Em suas razões, o agravante afirma inexistir prova pré-constituída de que o impetrante esteja inabilitado a dirigir veículo convencional. Pelo contrário. Existe avaliação realizada por Junta Médica do DETRAN/PE que consideraram o agravado apto à direção de veículo convencional, afirmando que a perícia particular apresentada pelo requerente não constitui prova pré-constituída de seu direito. Nessa esteira, afirma ser inadequada a via mandamental eleita.

Ademais, afirma que o pedido é juridicamente impossível, porquanto o Poder Judiciário não poderia determinar à Junta Médica do DETRAN/PE que venha a expedir novo laudo de avaliação com conclusão previamente determinada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Requer a reforma da decisão agravada, com a consequente extinção do processo sem julgamento do mérito.

É, em suma, o que importa relatar.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto



180
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo na Apelação nº. 0294473-0 (NPU nº. 0037952-79.2011.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Alberto Augusto de Oliveira Medeiros

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator Substituto: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O autor impetrou Mandado de Segurança, afirmando que é portador da doença ARTRITE REUMATÓIDE, doença auto-imune, sem cura, que resulta em um processo inflamatório desencadeado pelo próprio sistema imunológico do paciente, que ataca de forma generalizada seu corpo.

O Juízo da 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, em sede de sentença, indeferiu a inicial para julgar extinto o feito, sem resolução do mérito, afirmando que a impetração se enquadra na hipótese do art. 10 da Lei nº. 12.016/2009 e na Súmula nº. 037 do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Inicialmente, destaco que não há que se falar em impossibilidade jurídica do pedido mandamental, haja vista que a parte requer seja suprido, através de decisão judicial, laudo pericial que não condiz com a realidade por ela enfrentada e que obsta o exercício de seu citado direito à isenção fiscal em razão de doença degenerativa que lhe acomete. O pedido não é deduzido para que se exija do DETRAN a formulação de laudo com resultado predeterminado, mas sim para que, com base nas provas carreadas aos autos, a decisão judicial reconheça a deficiência física suportada pelo impetrante, de modo a que, com base nela, seja-lhe outorgado o direito à isenção.

No presente caso, o recorrente é deficiente físico, portador da doença ARTRITE REUMATÓIDE, tendo acostado aos autos Declarações de três médicos, todos afirmando,



181
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

categoricamente, que a enfermidade que acomete o apelante é degenerativa e afeta o seu tornozelo esquerdo.

Vejamos:

Declaração do Médico Ortopedista Dr. Jáder Wanderley: *"(...) doença crônica degenerativa, que no momento atinge diretamente a articulação do tornozelo esquerdo, de forma intensa e irreversível. A doença apresenta uma evolução da lesão, com graves erosões intra-articulares, necessitando, o referido paciente de situações especiais para caminhar, dirigir ou exercer suas atividades profissionais como educador físico".*

Declaração do Médico Reumatologista Dr. Alzirton Freire: *"(...) Apesar do tratamento, apresentou uma evolução da artrite crônica em um dos tornozelos (esquerdo), com dor crônica e sérias dificuldades de locomoção. A artrite crônica, na referida articulação, impossibilita, por conta da dor crônica e da considerável limitação do movimento no pé esquerdo, a marcha, e conseqüentemente, a realização das atividades da vida diária, tais como dirigir (troca de marcha) e trabalhar (...)".*

Declaração da Médica Reumatologista Dra. Nadja Asano: *"(...) Confirmando que esta doença provocou uma lesão grave e de prognóstico irreversível em sua articulação do tornozelo esquerdo. A referida articulação apresenta um grau acentuado de comprometimento, que pode ser percebido por exames de imagens realizados aos longos dos últimos meses, com clara situação de erosões intra-articulares, o que impede o paciente de continuar exercendo suas atividades físicas como professor de educação física, vez que os movimentos que proporcionam impacto como andar, correr ou dirigir veículos, vão acelerar o processo degenerativo já constatado. No caso da condução de veículo manual, o simples ato de trocar marcha trará ao longo do tempo conseqüências negativas no seu quadro atual, já que a doença afeta principalmente o seu pé esquerdo, sendo recomendável, portanto, o uso de um automóvel de câmbio automático".*



102
v

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

A legislação estadual prevêem a isenção de IPVA aos portadores de deficiência física.

A Lei Estadual nº. 10.849/1992 assim trata da sua isenção:

Art. 5o. É isento do IPVA a propriedade de:

VII - veículo de propriedade de pessoa com deficiência física, bem como, a partir de 1º de janeiro de 2004, visual, mental severa ou profunda, ou autista, ou cuja posse a mencionada pessoa detenha em decorrência de contrato de arrendamento mercantil - leasing, observando-se:

O Laudo de Avaliação expedido pelo DETRAN em 06/05/2011 (fls. 28) atesta que:
“Parecer: usuário portador de artrite reumatoide no tornozelo esquerdo, refere dor aos esforços; mobilidade diminuída. Apto a dirigir veículo convencional”.

Em que pese a conclusão do referido laudo de que o recorrente está apto a dirigir veículo convencional, entendo que a prova colacionada aos autos indica que a lesão já sofrida no tornozelo esquerdo devido à doença degenerativa que acomete o demandante, o impede de dirigir veículo convencional, pois neste há a necessidade de troca de marcha, utilizando-se o tempo todo do pé esquerdo para pisar na embreagem.

Entendo, então, que é bastante razoável a alegação do apelante de possuir direito líquido e certo de ser beneficiário de isenção fiscal para aquisição de veículo automático, mais adaptado a suas necessidades especiais, pois assim ele poderá “proteger” o seu tornozelo esquerdo, tornando a enfermidade um pouco menos limitante na vida do autor.

A Jurisprudência desta Corte de Justiça é uníssona no sentido de que tem direito à isenção de, na compra de veículos automotores adaptados às suas necessidades, a pessoa portadora de deficiência física:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DETRAN. RENOVAÇÃO DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO - CNH. PORTADORA DE MONOPARESIA. BENEFÍCIOS FISCAIS. POSSIBILIDADE. RECURSO

5



B3
K

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

PROVIDO.1. Consta dos autos que a agravante foi submetida a uma mastectomia radical direita com esvaziamento axilar - já declarada inclusive pelo laudo de avaliação emitido pelo INSS para fins de isenção do IPI - que atesta ter a agravante esvaziamento axilar, causando-lhe limitação e déficit de movimentos no braço direito, bem como monoparesia 2.A agravante foi declarada, inclusive por laudos emitidos por órgãos públicos, portadora de monoparesia, coadunando com o laudo anterior do Detran e, por conseguinte goza de isenção do imposto de renda, além do IPI na aquisição de veículo automático e de seu ICMS, não sendo razoável, portanto, retirar-lhe a isenção apenas no âmbito estadual. 3.Agravo de instrumento provido por unanimidade. (363808820118170001 PE 0014550-69.2011.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 26/01/2012, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 26)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DETRAN. PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ADAPTADO. POSSIBILIDADE. AGRAVO INSTRUMENTAL PROVIDO.1. A agravante apresentou diagnóstico de neoplasia maligna na mama esquerda tendo se submetido à cirurgia de mastectomia total da referida mama, inclusive, com retirada dos gânglios linfáticos axiliares, conforme declaração médica de fls. 29, causando-lhe seqüelas permanentes e irreversíveis. 2. Os pacientes submetidos à linfadenectomia axilar devem ter cuidados profiláticos intensivos para evitar o linfodema. 3. Enquadramento da agravante, ao menos aparentemente, como portadora de deficiência física para fins de isenção do ICMS e IPVA na aquisição de veículo automotor adaptado. 4. Inexistência do risco de irreversibilidade do provimento antecipado, posto que nada impede que a autoridade fazendária realize o lançamento das diferenças dos impostos não pagos, caso se comprove mais adiante que a agravante não preencha os requisitos legais para a percepção da isenção perseguida.5. Agravo de instrumento unanimemente provido. (538879620108170001 PE 0019405-28.2010.8.17.0000, Relator: Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Data de Julgamento: 24/03/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 62/2011)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DETRAN. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE.1. A agravada, portadora de MONOPARESIA decorrente de mastectomia realizada para o tratamento de uma neoplasia, ajuizou a ação originária objetivando fazer jus aos benefícios fiscais de isenção do IPI, ICMS e IPVA, em razão de sua condição de portadora de deficiência física, tudo nos termos dos comandos insculpidos no art. 1º, IV, da Lei Federal nº 8.989/95 e na Lei Estadual nº 10.849/92.1ºIV8.9892. A cirurgia a qual fora submetida a recorrente encontra-se devidamente atestada conforme documento constante às fls. 33 e devidamente corroborada pelas demais provas acostadas.



4
R

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

Cuidou ainda a agravante, de anexar relatório fisioterapêutico, onde consta o seguinte: "...Devido a linfadenectomia axilar, a mesma foi orientada sobre os cuidados que deveria ter com o membro homolateral a cirurgia para prevenir o linfedema, dentre os cuidados temos os seguintes: fazer a auto-massagem e os exercícios diariamente, evitar queimaduras, evitar movimentos repetitivos, não carregar peso...".3. Com a produção de todo acervo probante produzido pela recorrida, mesmo tratando-se de prova produzida unilateralmente, não há como se descuidar deste, inclusive, porque se contrapõem ao ato produzido pela Junta Médica do Detran, que por sua vez, tem presunção de legitimidade, e por assim ser, tem por consequência a transferência do ônus probatório para a administrada. Se esta não elide a presunção, provando que a Administração Pública agiu ao arrepio da lei, prevalece a validade e a eficácia do Laudo Oficial.4. Assim, a verossimilhança das alegações se configura na necessidade de se garantir às pessoas portadoras de doenças irreversíveis uma vida com o mínimo de dignidade; a prova inequívoca encontra-se substanciada nos laudos e exames acostados, e ainda, resta presente o inexistência do risco de irreversibilidade do provimento antecipado, posto que nada impede que a autoridade fazendária realize o lançamento das diferenças dos impostos não pagos, caso se comprove mais adiante que a agravante não preencha os requisitos legais para a percepção da isenção perseguida.5. À unanimidade de votos, deu-se provimento ao Agravo Regimental. (200407 PE 02004073, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 12/11/2009, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 116)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÃO DE AUTOMÓVEL POR PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA/MOTORA. MONOPARESIA. VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DEDUZIDAS PERANTE O JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. AGRAVO IMPROVIDO.1. Na origem, a parte autora (ora agravada) pleiteou perante o Juízo a quo - no que restou atendida - a concessão de provimento liminar que lhe assegurasse a obtenção, junto ao DETRAN/PE, de Carteira Nacional de Habilitação com anotação de "veículo automático", "nos termos da lei que isenta [a] mesma dos impostos previstos, bem [como] a inclusão no sistema do DETRAN que a mesma é possuidora de isenção por motivo de doença" (cf. cópia à fl. 42), posto que "Apresenta linfedema pós-mastectomia em membro superior à direita (...) e transtorno do plexo braquial (...), o que acarreta déficit de força motora" (cf. cópia à fl. 11). 2. In casu, a autora desincumbiu-se, suficientemente, de demonstrar a verossimilhança de suas alegações, apresentando, nessa direção, atestados médicos particulares (cf. cópias às fls. 51 e 54), bem assim laudo de avaliação de deficiência física emitido pelo próprio DETRAN/PE (cf. cópia à fl. 45), cujas conclusões indicam hipótese de deficiência de força motora ocasionada pela realização de tratamento contra câncer de mama. 3. Registre-se que a nota da definitividade da sequela identificada no laudo oficial elaborado, em 24/12/2007, pelo próprio DETRAN/PE consubstancia evidência que



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

milita a favor da argumentação articulada pela parte autora na petição inicial. 4. Ademais, observe-se que este egrégio Tribunal (por intermédio de suas duas Câmaras de Direito Público) tem se posicionado no sentido de reconhecer, diante de hipóteses similares à subjacente a este Agravo, a plausibilidade jurídica dos argumentos deduzidos em Juízo por pessoas portadoras de deficiências equivalentes, tendo presentes, outrossim, os princípios da razoabilidade, da dignidade da pessoa humana e da proteção à saúde. Precedentes citados. 5. Agravo improvido. (1363381820098170001 PE 0002150-57.2010.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 01/12/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: 228/2011)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR ADAPTADO. ISENÇÃO DO ICMS E DO IPI. OBTENÇÃO DE LAUDO PERICIAL. DEFICIÊNCIA. MASTECTOMIA BILATERAL COM ESVAZIAMENTO AXILAR. REDUÇÃO DA FORÇA MUSCULAR. MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA. REVERSIBILIDADE DA MEDIDA. LAUDO. ATO ADMINISTRATIVO VINCULADO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Versa a lide em apreço acerca do benefício de aquisição de veículo automotor adaptado ao motorista portador de deficiência física com isenção do ICMS e do IPI. O cerne da demanda está no fato do laudo de perícia médica fornecido pelo DETRAN-PE em setembro de 2010, (fl. 28), contrariamente a anterior laudo, expedido em 2007 (fl. 23), afirmar que a agravada não necessita de adaptação veicular, sob alegação da ausência de linfedema e da preservação da força, malgrado constatar que a ora agravada submeteu-se a mastectomia bilateral com esvaziamento axilar. 2. Diversamente do que alega o DETRAN, a agravada, ao impetrar o mandado de segurança originário, não o fez objetivando que o Diretor daquela Autarquia reconhecesse, em seu favor, o benefício da isenção de ICMS e de IPI na aquisição de um novo veículo adaptado, mas sim que fosse expedido laudo de perícia médica que reconhecesse a deficiência física por ela alegada, discriminando as características específicas necessárias a que ela pudesse conduzir um veículo, nos moldes do inciso I do § 3º da Cláusula Primeira do Convênio ICMS 03/07, in literis: "§ 3º A isenção de que trata esta cláusula será previamente reconhecida pelo fisco da unidade federada onde estiver domiciliado o interessado, mediante requerimento instruído com: I - laudo de perícia médica fornecido pelo Departamento de Trânsito do Estado - DETRAN, onde estiver domiciliado o interessado, que: a) especifique o tipo de deficiência física; b) discrimine as características específicas necessárias para que o motorista portador de deficiência física possa dirigir o veículo; (...)". 3. Infere da literalidade do pedido da exordial do mandamus, in verbis: "Pelo exposto, vem requerer a V. Exa: (...) III - a concessão" in limine "a segurança no sentido de assegurar à impetrante o direito de aquisição de veículo com direção hidráulica e câmbio automático, com todas as isenções previstas para portador de deficiência física, já reconhecida em laudo anterior pelo DETRAN/PE, inclusive constante de sua Carteira de Habilitação



126

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

nacional, em virtude da possibilidade de ocorrerem danos irreparáveis à impetrante, caso a autoridade coatora não reveja o equívoco cometido quando da realização do laudo médico necessário para assegurar as isenções fiscais, no âmbito Federal e Estadual, apesar de já ter fornecido um laudo em 2007 e a médica vinculada ao Sistema Único de Saúde confirmar a necessidade; (...) III - seja o presente MS julgado PROCEDENTE, para no final concedida a segurança, confirmando por sentença o direito da impetrante de aquisição de veículo adaptado, levando em consideração sua necessidade física.(...).". De fato, a ora agravada aponta como ato coator do DETRAN-PE a expedição de laudo que não a reconhece como deficiente física para fins de aquisição de veículo com direção hidráulica e câmbio automático com redução de preço por força de isenções fiscais a serem obtidas no âmbito Federal e Estadual. 4. Cumpre notar, inclusive, que no corpo da exordial, a impetrante/recorrida ao expor os fatos e fundamentos do seu direito, fá-lo sustentando sua deficiência física e total incapacidade para conduzir veículos comuns, afirmando seu direito à obtenção de laudo que reconheça tal fato, tal como já constatado em anterior laudo expedido no ano de 2007, o que irá lhe autorizar a aquisição de um novo veículo automotor adaptado, em atendimento aos ditames da Lei nº 10.690/2003. 5. A impetrante/agravada almeja que o DETRAN/PE lhe forneça laudo de perícia médica que reconheça a deficiência física por ela alegada, discriminando a sua necessidade de conduzir veículo com direção hidráulica e câmbio automático, a fim de que ela, de posse desse documento, requeira as isenções fiscais previstas em lei. Diante dessa constatação, entendo inconsistente a alegação do agravante acerca da "incompetência absoluta da Justiça Estadual em apreciar a lide em tela, haja vista o interesse da Fazenda nacional na concessão de isenção para aquisição de veículos adaptados, que consiste na isenção conjunta do IPI e do IPVA", bem assim da "ilegitimidade passiva da autoridade coatora apontada no writ, o Diretor do DETRAN/PE". 6. Já tive oportunidade de proferir decisão em que não vislumbrei presença de requisitos autorizadores, pelo fato de que a demandante, sem que nunca tivesse obtido o benefício fiscal pretendido, ajuizou ação buscando fazer prevalecer o seu direito baseado em laudos particulares, requerendo ao Judiciário, liminarmente, que determine emissão de laudo pericial, em substituição ao lado emitido pela autarquia, cujo conteúdo foi contrário à concessão da isenção fiscal pretendida. Naquela ocasião, consignei que não poderia o Judiciário determinar à equipe médica do Detran atestasse enfermidade diversa do seu convencimento, sob pena de adentrar no mérito administrativo. A análise da documentação acostada aos presentes autos, contudo, leva-me a percorrer caminho diverso. Isso porque, a agravada, em ocasião anterior, teve seu pedido deferido pela Autarquia Agravante. 7. Em que pese uma aparente invasão do Poder Judiciário na esfera administrativa, tal não ocorre. Isso porque, para a concessão da isenção tributária perseguida, o legislador determinou a expedição de laudo médico, sem o qual não pode a demandante garantir o direito perseguido. Portanto, tenho o fornecimento de laudo como requisito indispensável do ato administrativo vinculado, e, quando ausente,



158
v

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

obsta a concretização do direito perseguido, porquanto a Lei 8.989/95, ao admitir a isenção aos portadores de necessidades especiais, vinculou sua concessão ao preenchimento de alguns requisitos regulamentados através de Instrução Normativa, da lavra da Secretaria da Receita Federal do Brasil, cujo teor diz o seguinte: ?Instrução Normativa RFB nº 988, de 22 de dezembro de 2009. (...). Art. 3º Para habilitar-se à fruição da isenção, a pessoa portadora de deficiência física, visual, mental severa ou profunda ou o autista deverá apresentar, diretamente ou por intermédio de seu representante legal, requerimento conforme modelo constante do Anexo I, acompanhado dos documentos a seguir relacionados, à unidade da Secretaria da Receita Federal (SRF) de sua jurisdição, dirigido ao Delegado da Delegacia da Receita Federal (DRF) ou ao Delegado da Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária (Derat), competente para deferir o pleito: § 6º Para efeito do disposto no inciso I do caput, poderá ser considerado, para fins de comprovação da deficiência, laudo de avaliação obtido: 1 - no Departamento de Trânsito (Detran) ou em suas clínicas credenciadas, desde que contenha todas as informações constantes dos Anexos IX, X ou XI desta Instrução Normativa. 8. No que se refere à constatação da deficiência da qual a agravada se diz portadora, com vistas à obtenção do aludido benefício, tem-se dos autos que ela foi submetida a mastectomia em ambos os lados, com esvaziamento ganglionar, o que, a teor do primeiro laudo médico expedido pelo DETRAN-PE (fl. 23), assim como da declaração subscrita por médica-cirurgiã vascular (fl. 25) e do laudo da fisioterapeuta (fls. 26/27) que a acompanha, ensejou a formação de linfedema bilateral, o que implica redução da força muscular, dores e distúrbios posturais. Ressalte-se que, ao expedir o primeiro laudo, a equipe médica do DETRAN-PE, responsável pela perícia, afirmou que as seqüelas adquiridas pela ora agravada em decorrência da mastectomia a que tinha se submetido eram definitivas, continuidade esta constatada pelo laudo expedido por fisioterapeuta que acompanha o quadro clínico da recorrida, segundo a qual os linfedemas apresentados pela recorrida ainda persistem e se encontram na fase II no membro superior direito, na fase I no membro superior esquerdo e em desenvolvimento a nível do terço distal em ambos os antebraços, sendo explicitada, ademais, a necessidade de que pacientes que apresentem diagnósticos e seqüelas dessa ordem dirijam veículos com adaptações, a fim de se reduzir a força muscular empregada e movimentos repetitivos, objetivando-se a prevenção de danos e mais deformidades, promovendo maior qualidade de vida ao paciente.9. A inexistência do risco de irreversibilidade do provimento liminar deferido pelo Magistrado a quo, porquanto, acaso, após julgamento definitivo, constate-se que razão assiste ao DETRAN-PE, o laudo expedido favoravelmente à demandada poderá ser revogado, retornando a situação ao status quo ante. Nesse sentido, é farta a jurisprudência desta Corte10. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente agravo de instrumento. (685609420108170001 PE 0000503-90.2011.8.17.0000, Relator: Luiz Carlos Figueirêdo, Data de Julgamento: 06/09/2011, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: 170/2011)



108
V

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

No mesmo sentido, colaciono julgado do Superior Tribunal de Justiça:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. ISENÇÃO. DEFICIÊNCIA FÍSICA COMPROVADA. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA INTEGRAÇÃO, PROTEÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA, ISONOMIA E DA DIGNIDADE HUMANA. ENFOQUE CONSTITUCIONAL DA MATÉRIA. REDISCUSSÃO. INVIABILIDADE NO RECURSO ESPECIAL. 1. Caso em que o Tribunal de origem concedeu a segurança para declarar a ilegalidade das restrições contidas no Decreto Estadual nº 30.363/2009, reconhecendo o direito do autor à isenção tributária para aquisição de veículos adaptados às suas necessidades especiais (deficiência física). Onde concluiu-se de forma expressa que o Decreto Estadual nº 30.363/2009 "afrontou, literalmente, o princípio da Isonomia, bem como o da Dignidade da Pessoa Humana, pois 'restringiu' os casos de deficiência apenas como sendo os relacionados no seu anexo para fins de isenção fiscal, ao tratar com desigualdade os deficientes físicos, dentro da própria classe" (e-STJ fl. 149). 2. Conforme se pode depreender, torna-se inviável a rediscussão do presente feito em recurso especial, ante a competência do Excelso STF. Precedentes: REsp 1198544/SC, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 30/09/2010, ARESP 60.040-SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, decisão publicada no DJe 30.11.2011. 3. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 108278 PB 2011/0259622-1, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 19/06/2012, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/06/2012, undefined)

O Juízo de 1º grau entendeu que não há nos autos provas suficientes para a concessão da segurança pleiteada e por isso extinguiu o processo, sem resolução de mérito.

Entendo, porém, que os documentos colacionados pelo demandante são aptos a embasar a concessão da segurança pretendida pelo impetrante.

O artigo 515, §3º do CPC permite que o Tribunal julgue a lide se a causa versar unicamente de questão de direito, nos casos em que houver extinção do processo sem julgamento do mérito e que a causa estiver madura para julgamento.

Vejamos:

Art. 515. A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

§ 3º Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

Feitas estas considerações, voto pelo conhecimento do presente agravo para **negar-lhe provimento**, mantendo incólume a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 08 de 10 de 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator Substituto